

Cartografia dos Poder(es): O Livro como Território de Disputa no Universo Lusófono

Cartography of Power(s): The Book as a Territory of Dispute in the Lusophone World

Wagner Rodrigues Araújo (Wagner Merije)¹

RESUMO

Este artigo investiga a interseção entre livro e poder(es) ao longo da história da edição lusófona, com enfoque em como estruturas econômicas, estratégias editoriais e escolhas simbólicas moldaram não apenas o que lemos, mas como lemos. Propomos uma leitura crítica que articula o paradigma do “livro como negócio” com o livro como agente de resistência cultural. Examinamos casos concretos de controvérsias de edição, censura, mercado editorial e circulação de ideias críticas. Através de uma abordagem interdisciplinar — combinando história editorial, sociologia da literatura e teoria cultural —, buscamos revelar mecanismos sutis de poder incorporados ao objeto-livro e apontar caminhos de resistência no presente.

1 Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ; <https://orcid.org/0000-0002-5501-9206>; wmerije@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Livro e poder; mercado editorial lusófono; história da edição; resistência cultural; política do livro.

ABSTRACT

This article investigates the intersection between the book and power(s) throughout the history of Lusophone publishing, focusing on how economic structures, editorial strategies, and symbolic choices have shaped not only what we read but also how we read. It proposes a critical reading that articulates the paradigm of the “book as business” with the book as an agent of cultural resistance. The study examines concrete cases of editorial controversy, censorship, publishing markets, and the circulation of critical ideas. Through an interdisciplinary approach — combining publishing history, the sociology of literature, and cultural theory — the article seeks to reveal the subtle mechanisms of power embedded in the book as an object and to outline possible paths of resistance in the present.

KEYWORDS

Book and power; Lusophone publishing market; history of publishing; cultural resistance; politics of the book.

INTRODUÇÃO

A relação entre livro e poder é uma constante histórica que atravessa séculos e geografias, revelando como a circulação de ideias está profundamente vinculada a estruturas de dominação, legitimação e resistência. Desde a invenção da imprensa por Gutenberg, passando pelas primeiras tipografias portuguesas no século XVI, até a concentração editorial dos conglomerados contemporâneos, o livro tem sido simultaneamente veículo de emancipação e instrumento de controlo. É precisamente essa tensão que norteia o presente estudo, que se propõe a analisar o livro como espaço de disputas, onde interesses políticos, económicos e simbólicos se entrelaçam.

No mundo lusófono, o percurso editorial revela marcas de censura e tutela, como a atuação da Inquisição na regulação de leituras ou, mais tarde, o papel das ditaduras ibéricas no século XX na contenção da produção literária e académica. Contudo, revela igualmente práticas de resistência: edições clandestinas, circulação de folhetos, criação de editoras independentes que desafiaram hegemonias. Esse duplo movimento — repressão e reinvenção — faz do livro um lugar privilegiado para se pensar a dialética entre poder e liberdade.

Nas últimas décadas, assistimos a uma reconfiguração do mercado editorial global, marcada pela concentração de poder em grandes grupos transnacionais. Como aponta André Schiffrin em *The Business of Books: How International Conglomerates Took Over Publishing and Changed the Way We Read*, a lógica do lucro passou a ditar, em larga medida, a escolha do que é publicado, traduzido e divulgado, afetando a diversidade e a autonomia cultural. Essa realidade não deixou de impactar o espaço editorial em língua portuguesa, onde editoras locais enfrentam a pressão de competir com grupos internacionais e, ao mesmo tempo, preservar identidades culturais próprias.

Este artigo parte da hipótese de que o livro, mais do que objeto cultural, deve ser entendido como um campo de poder, cuja materialidade, circulação e receção se inscrevem em disputas políticas e económicas. Propomos, assim, uma leitura que integra história do livro, estudos culturais e sociologia da literatura, com especial atenção às práticas editoriais lusófonas e aos modos como estas dialogam com a globalização.

Para cumprir esse objetivo, serão abordados: i) o panorama histórico do poder editorial no espaço de língua portuguesa; ii) a economia política do livro e a concentração empresarial; iii) episódios de censura e controvérsia editorial; iv) iniciativas de resistência e alternativas editoriais; e v) os novos poderes digitais que moldam a leitura contemporânea. Ao iluminar essas diferentes dimensões, o artigo procura

mostrar que o livro é, ainda hoje, não apenas um produto cultural, mas também um campo de batalha simbólico em que se joga o futuro das sociedades democráticas e da memória coletiva.

Panorama histórico do poder editorial lusófono

1. Do mecenato à nação impressa (séculos XVI–XIX)

A história do livro em língua portuguesa está marcada por um percurso singular, que combina os grandes marcos da cultura impressa ocidental com especificidades locais. Desde os primeiros impressos saídos das tipografias de Germão Galharde, em Lisboa, no século XVI, até ao florescimento editorial oitocentista, o livro esteve sempre ligado a instâncias de poder político, religioso e económico, conforme atesta Roger Chartier em *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998). A monarquia, a Igreja e, posteriormente, os regimes autoritários desempenharam papel decisivo no controlo das publicações, na seleção do que podia circular e no silenciamento de vozes dissonantes.

Conforme assinala Márcia Abreu (2000), a leitura no Brasil colonial estava profundamente marcada por hierarquias sociais e pelo controlo metropolitano, reflexo de uma estrutura de poder que via no livro tanto um instrumento de civilização quanto uma potencial ameaça à ordem.

O mecenato régio e aristocrático funcionava, nesse contexto, como um sistema de legitimação simbólica, assegurando prestígio a autores e obras, mas também condicionando os conteúdos ao serviço da construção de identidades nacionais. As primeiras gramáticas e catecismos publicados no espaço português não apenas ensinavam a língua, mas também consolidavam valores religiosos e imperiais, mostrando como a edição se articulava com projetos coloniais e

evangelizadores, revela Joaquim Veríssimo Serrão na obra *História de Portugal: O Estado e o Império* (1990).

A censura da Inquisição deixou marcas profundas: catálogos de livros proibidos (*Index Librorum Prohibitorum*), práticas de autocensura e vigilância sobre tipógrafos e livreiros constituem um capítulo central para compreender a relação entre livro e poder no espaço lusófono. Na visão de Francisco Bethencourt, autor de *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)* (1994), as repercussões desta censura atravessaram séculos, criando uma cultura editorial de prudência e alinhamento com o poder político-religioso.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o livro e a imprensa periódica tornaram-se instrumentos centrais nos processos de independência e formação dos estados nacionais lusófonos. No Brasil, por exemplo, a atuação de livreiros-editores como Silva Porto (IPANEMA, 2007) e a circulação de periódicos como *O Correio Braziliense* (MOREL, 2005) foram fundamentais para a construção de uma esfera pública crítica e para a difusão de ideias liberais. Em Portugal, a Regeneração e o crescimento urbano propiciaram a expansão das livrarias e a profissionalização do ofício editorial, com destaque para cidades como o Porto (LOUREIRO, 1994). Esse período também testemunhou a emergência de uma literatura de caráter nacionalista e regionalista, que refletia tensões entre centro e periferia no espaço lusófono (CRISTÓVÃO, 1997). A importância desse período é atestada por estudos bibliográficos fundamentais que mapeiam a produção impressa, como a *Bibliografia da História do Livro em Portugal* organizada por Diogo Ramada Curto (2003).

Com o advento da modernidade editorial, a partir do século XIX, assiste-se a uma progressiva profissionalização do setor, acompanhada pelo surgimento de casas editoriais de maior escala, como a Bertrand em Portugal e a Garnier no Brasil, bem como pelo crescimento de públicos leitores urbanos. O livro passa a ser também mercadoria, atravessada por lógicas de mercado, sem deixar, contudo,

de carregar consigo as tensões políticas e ideológicas que sempre o acompanharam. É nesse contexto que florescem periódicos, romances de folhetim e coleções populares, o que segundo Laurence Hallewell aponta em *O livro no Brasil: sua história* (2005), permitiu a expansão de novos públicos mas também reforçando a ligação entre edição e pedagogia nacionalista.

Desse modo, a história editorial lusófona dos séculos XVII ao XIX não é um intermezzo pacífico, mas um período de reconfiguração dos poderes sobre o livro: da tutela religiosa para o controlo estatal, do mecenato para o mercado, do leitor douto para o público popular. Essas transformações preparam o terreno para as grandes concentrações empresariais e as resistências criativas que marcariam o século XX.

2. Da era dos conglomerados à era digital (séculos XX–XXI)

No século XX, a consolidação de conglomerados editoriais e a sua expansão para além das fronteiras nacionais trouxeram novas dinâmicas ao campo lusófono. A partir da segunda metade do século, a entrada de grupos internacionais em mercados como o português e o brasileiro transformou radicalmente o setor, impondo lógicas de escala, padronização e maximização de lucros.

Como sublinha André Schiffrin, o movimento de concentração editorial levou a que as grandes corporações priorizassem títulos de fácil circulação, relegando obras de maior densidade literária ou política a espaços marginais. O autor e respeitado editor alerta que “quando o lucro se torna a medida exclusiva de sucesso editorial, a diversidade cultural e intelectual entra em risco” (Schiffrin, 2000: 42).

No caso lusófono, tal movimento traduziu-se em pressões sobre editoras independentes e universitárias, que passaram a enfrentar maiores dificuldades de distribuição e de sobrevivência num mercado

cada vez mais competitivo, revelou Gustavo Sorá em *A história do livro e da edição na América Latina* (2010). O Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, assistiu a sucessivas aquisições e fusões, culminando com a entrada de grupos como a Santillana (Grupo Prisa) e a Companhia das Letras (posteriormente associada à Penguin Random House). Em Portugal, a Porto Editora consolidou-se como um dos maiores conglomerados, absorvendo casas históricas e impondo um modelo de centralização.

Os efeitos locais dessa globalização editorial incluem a homogeneização de catálogos, a diminuição da diversidade de autores e temas publicados e o enfraquecimento de projetos experimentais. E não param por aí, como denunciou John B. Thompson em *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century* (2012). A lógica do “best-seller” passou a pautar estratégias de mercado, muitas vezes em detrimento de obras de maior risco literário ou político.

Ao mesmo tempo, observam-se resistências criativas, desde pequenas editoras que apostam em nichos específicos — poesia, literatura de minorias, pensamento crítico — até práticas de microedição que desafiam a lógica hegemónica do mercado. Essas formas alternativas mantêm viva a tradição do livro como espaço de invenção e dissidência, lembrando que, no universo editorial lusófono, o poder nunca é absoluto, mas constantemente contestado.

O livro como negócio: concentração, lucro e padronização

A consolidação do mercado editorial como setor estratégico da economia cultural trouxe consigo um paradoxo fundamental: o livro passou a ser simultaneamente produto cultural e mercadoria sujeita às mesmas lógicas de rentabilidade que outros bens de consumo. Como observa John B. Thompson, “o campo editorial contemporâneo é cada vez mais moldado por dinâmicas de mercado que privilegiam

a visibilidade e a escala em detrimento da diversidade e da inovação” (Thompson, 2012: 15).

O processo de concentração editorial, intensificado a partir do século XX, alterou de forma decisiva as condições de produção, circulação e receção dos livros. Grandes grupos empresariais absorveram editoras tradicionais, formando conglomerados com capacidade de controlar várias etapas da cadeia produtiva: da impressão à distribuição, da promoção mediática à venda digital, como bem demonstrou Robert Darnton em *The Case for Books: Past, Present and Future* (2009). No espaço lusófono, este fenómeno foi verificado com especial intensidade em Portugal e no Brasil, onde casas editoriais históricas passaram a integrar grupos multinacionais ou nacionais de grande porte, como a Porto Editora, em Portugal, e a Companhia das Letras, no Brasil.

Para compreender este movimento, André Schiffrin, demonstra como a entrada de conglomerados internacionais transformou radicalmente a lógica editorial: “o objetivo deixou de ser publicar boas obras e passou a ser publicar livros que vendem bem” (Schiffrin, 2000: 12). Essa inversão de prioridades contribuiu para a padronização dos catálogos, privilegiando narrativas de grande circulação, traduzidas de *best-sellers* internacionais, em detrimento da aposta em vozes locais ou inovadoras.

Em Portugal, a progressiva concentração do mercado fez com que poucas casas editoriais dominem uma parte significativa das vendas, especialmente nos setores escolar e académico. A hegemonia da Porto Editora ilustra bem esta tendência, ao controlar editoras menores, redes de distribuição e plataformas digitais, definindo de forma quase monopolista os rumos da leitura escolar, indica Ana Faria em “O mercado editorial português: concentração e desafios” (Faria, 2018: 55-72). Já no Brasil, conglomerados como a Santillana (Grupo Prisa) e, posteriormente, a Penguin Random House, alteraram a paisagem editorial, integrando editoras brasileiras de referência num modelo globalizado.

Os efeitos deste processo sobre a diversidade editorial são amplamente discutidos. A concentração limita o espaço para obras de risco, literatura experimental, autores periféricos ou minoritários, e desloca o eixo de decisão para critérios mercadológicos em detrimento dos literários ou culturais (Chartier, 1994). Como alerta Schiffrin (2000: 42), “quando a rentabilidade se torna a medida exclusiva, o que está em jogo é a própria democracia cultural”.

Ainda assim, convém sublinhar que o livro não se reduz a essa lógica de mercado. Mesmo no interior de conglomerados, há tensões entre editores que procuram defender a bibliodiversidade e executivos que privilegiam o lucro imediato. Além disso, a resistência de editoras independentes e universitárias mantém aberta uma fissura nesse sistema, demonstrando que a concentração editorial nunca é total e que sempre subsistem alternativas, por vezes mais frágeis, mas fundamentais para a vitalidade cultural.

Histórias de controvérsia e censura editorial

Se a concentração editorial contemporânea levanta preocupações sobre a homogeneização cultural, a história do livro em língua portuguesa revela um passado em que o controlo direto da circulação do impresso esteve intrinsecamente associado ao poder político, religioso e militar. A censura, a proibição de obras e a manipulação editorial não são fenómenos marginais, mas estruturantes da tradição editorial lusófona.

Desde o período da Inquisição, os catálogos de livros proibidos — os célebres *Index Librorum Prohibitorum* — estabeleceram um regime de vigilância permanente sobre a produção tipográfica. Tipógrafos, livreiros e leitores eram igualmente vigiados, e obras de autores como Erasmo ou Maquiavel circularam apenas em cópias clandestinas ou traduzidas de forma parcial, de acordo com

Francisco Contente Domingues em *História da Edição em Portugal* (2008). Em Portugal, os tribunais inquisitoriais controlavam não apenas o conteúdo, mas também o suporte material, instaurando processos contra quem imprimisse sem licença ou distribuísse textos não autorizados, demonstrou Fernando Bouza Álvarez na obra *Comunicação, conhecimento e memória na época moderna: livros e leituras no mundo ibérico* (2002).

Com a emergência dos regimes autoritários no século XX, a censura política passou a desempenhar papel análogo. Durante o Estado Novo, em Portugal, escritores como Alves Redol, Manuel da Fonseca e José Saramago enfrentaram cortes, apreensões e proibições (Reis, 2004). No Brasil, sob a ditadura militar (1964–1985), editoras como a Civilização Brasileira foram alvo de perseguições, e livros de autores como Ferreira Gullar e Caio Prado Júnior foram retirados do mercado (Schwarcz, 2002). Em ambos os contextos, a edição clandestina e a circulação mimeografada tornaram-se instrumentos de resistência cultural, permitindo que textos críticos circulassem fora dos circuitos oficiais.

Casos paradigmáticos ilustram essa tensão: a censura a *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), de José Saramago, retirado da lista de concorrentes ao Prémio Literário Europeu pelo governo português, revelou como o poder político continuava a interferir no campo editorial mesmo em contexto democrático. Esta é uma visão compartilhada por diversos estudiosos, entre eles Carlos Reis (2017: 45-62). No Brasil, obras como *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão, foram inicialmente proibidas e só circularam em edições posteriores, tornando-se marcos da resistência literária à repressão.

Este legado de controvérsias demonstra que o livro é não apenas um objeto cultural, mas também um campo de batalha simbólico, onde se disputam narrativas, memórias e formas de poder. Como lembra Robert Darnton (2014:101), “o controle da leitura é uma forma de controlar a mente”, e no espaço lusófono a censura sempre foi acompanhada por estratégias criativas de resistência — da edição

artesanal e clandestina à posterior abertura de editoras independentes que ousaram publicar vozes silenciadas.

Assim, a história da censura editorial em língua portuguesa não deve ser lida apenas como episódio repressivo, mas como lugar de criação de alternativas. O gesto de imprimir, distribuir ou ler em condições adversas constituiu um ato político em si, inscrevendo no livro uma dimensão de resistência que ecoa até hoje nas práticas editoriais alternativas.

Resistências literárias e práticas editoriais alternativas

Se a censura e a concentração editorial impuseram limites severos à circulação de ideias e à pluralidade de vozes, a história do livro em língua portuguesa também é atravessada por gestos de resistência criativa e práticas editoriais alternativas. Estas não surgem apenas como resposta às interdições políticas ou às pressões de mercado, mas como afirmações de autonomia cultural e de busca por novos espaços de leitura.

Durante o Estado Novo em Portugal e a ditadura militar no Brasil, a clandestinidade editorial assumiu formas diversas: desde edições artesanais impressas em mimeógrafos até a circulação de livros escondidos em capas falsas ou distribuídos em redes informais de militantes e estudantes. Michael Hall relembra estes e outros casos em *Literatura e resistência no Brasil dos anos 1970* (2004: 211-229). Estes circuitos paralelos asseguraram a sobrevivência de textos interditos e alimentaram uma cultura de leitura que fazia da partilha um ato político.

Na segunda metade do século XX, com o enfraquecimento dos regimes autoritários, emergiram editoras independentes que se posicionaram como alternativas ao mercado dominado por grandes grupos. Em Portugal, Seabra (1999) aponta como exemplos a &etc. e a Relógio d'Água. No Brasil, a Brasiliense e a Companhia das

Letras (em sua fase inicial), revelam a vitalidade de projetos editoriais voltados para nichos específicos e para a promoção de autores marginais ou inovadores.

Com a viragem para o século XXI, novas práticas passaram a reforçar estas resistências: a microedição, a edição universitária e as plataformas de tradução colaborativa trouxeram ao campo editorial a lógica da partilha e da abertura. As editoras universitárias, por exemplo, desempenham papel central na manutenção de catálogos diversificados e na preservação de textos fundamentais para a crítica e a investigação. Já os movimentos de tradução coletiva — como os impulsionados por redes digitais — democratizam o acesso a textos que, de outro modo, permaneceriam restritos.

Importa também destacar a emergência das edições digitais abertas, muitas vezes sem fins lucrativos, que desafiam a lógica da mercantilização do livro. Projetos de acesso livre, repositórios institucionais e bibliotecas digitais não apenas expandem a circulação, mas também questionam os monopólios editoriais globais, abrindo caminho para uma ecologia editorial mais plural.

Neste contexto, o leitor deixa de ser apenas destinatário passivo. O leitor/usuário torna-se agente de resistência, seja ao partilhar obras proibidas, ao apoiar editoras alternativas ou ao participar ativamente em redes digitais de circulação literária (Chartier, 1998). Esta transformação confirma o que Michel de Certeau (1994) designou como “táticas do quotidiano” — práticas discretas e criativas que subvertem a lógica dominante.

Assim, as práticas editoriais alternativas configuram-se não apenas como complemento, mas como contrapoder simbólico, demonstrando que a história do livro lusófono é também a história das suas resistências. Elas apontam para a possibilidade de imaginar modelos editoriais emancipatórios, sustentados na diversidade e na cooperação, em vez da padronização e da lógica exclusivamente mercantil.

O livro e os novos poderes digitais

Se a concentração editorial marcou o século XX, o século XXI introduziu um novo vetor de poder no campo do livro: o digital. Plataformas globais como a Amazon e sistemas de autopublicação transformaram radicalmente a cadeia produtiva, impondo novas assimetrias. Ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso de autores independentes ao mercado, consolidaram estruturas monopolistas que controlam distribuição, visibilidade e mesmo a formação do gosto literário.

A autopublicação, oferecida por plataformas digitais, é frequentemente celebrada como democratização do acesso: qualquer autor pode publicar a baixo custo e alcançar leitores em escala global. Contudo, este aparente empoderamento esconde dependências profundas: a visibilidade das obras está condicionada por algoritmos de recomendação, que privilegiam títulos de maior circulação, reproduzindo lógicas de mercado que marginalizam vozes periféricas. Como observa Claire Squires (2017), “a cultura do livro digital não elimina hierarquias; apenas as reconfigura sob novas formas de controle algorítmico”.

No espaço lusófono, este fenómeno apresenta particularidades. Em Portugal e no Brasil, o domínio da Amazon sobre a distribuição de *e-books* e impressos sob demanda reduziu a autonomia de pequenas editoras e livrarias. As negociações de preço, a dependência de logística global e a necessidade de aderir a programas de exclusividade são exemplos claros da transferência de poder para plataformas digitais (Thompson, 2021). Tal cenário coloca em risco a diversidade editorial, já que obras fora do circuito comercial privilegiado permanecem invisíveis para o grande público.

Outro aspecto crucial é a transformação dos leitores em “prosumidores”, isto é, produtores e consumidores simultaneamente. Avaliações em *sites*, comentários em redes sociais e participação

em *rankings* tornam-se determinantes para a circulação dos livros. O poder simbólico do leitor aumenta, mas de modo ambíguo: os algoritmos absorvem estas interações e as convertem em mercadoria, monetizando gostos e preferências individuais, problematiza Striphas (2009).

Além disso, a produção e circulação digitais redefinem a noção de autoria e propriedade intelectual. Movimentos de acesso aberto e bibliotecas digitais — como SciELO Books ou o Repositório da Universidade de Coimbra — oferecem alternativas emancipatórias, mas enfrentam tensões com modelos baseados em *copyright* restritivo. Este embate entre o livro como bem comum e o livro como produto mercantilizado reflete um dos dilemas centrais do presente editorial.

Assim, os novos poderes digitais não anulam as formas anteriores de concentração e censura; antes, as prolongam sob outros mecanismos: algoritmos em vez de censores, *rankings* em vez de catálogos proibidos, exclusividades contratuais em vez de perseguições políticas. A literatura lusófona, neste contexto, encontra-se diante do desafio de preservar a diversidade cultural e linguística num ecossistema global marcado pela lógica do lucro e pela opacidade algorítmica.

Considerações finais

O percurso traçado ao longo deste artigo evidencia que a história do livro em língua portuguesa é indissociável da história do poder. Do mecenato régio e da censura inquisitorial à concentração das corporações globais e ao domínio das plataformas digitais, o livro foi constantemente atravessado por forças políticas, económicas e culturais que moldaram o que podia ser publicado, lido e lembrado. O campo editorial lusófono, em particular, mostra como a dependência de estruturas externas e a fragilidade dos mercados locais tornaram o livro simultaneamente espaço de emancipação e de sujeição.

Não se pode ignorar, ainda, a dimensão geopolítica da língua na cartografia do poder editorial. O português, outrora língua de império, ocupa hoje um lugar ambíguo no cenário global: se por um lado é um idioma com milhões de falantes, por outro enfrenta desafios de visibilidade e valorização simbólica perante o inglês hegemônico. O facto de grande parte da bibliografia crítica mobilizada neste artigo ser em inglês não é mero acaso; reflete, antes, a centralidade anglófona na produção do conhecimento sobre edição e cultura impressa. Essa assimetria linguística reproduz-se no mercado editorial, onde a tradução e a circulação de obras lusófonas fora do eixo Portugal–Brasil permanecem limitadas. Assim, a lusofonia editorial é também um campo de tensão entre a diversidade linguística e a uniformização imposta pelos fluxos globais.

Na contemporaneidade, as assimetrias tornam-se mais complexas. Os conglomerados editoriais concentram catálogos e moldam o gosto literário em escala global, favorecendo obras de maior retorno económico em detrimento de projetos experimentais ou críticos (Schiffrin, 2000). Essa dinâmica repercutiu de forma intensa em Portugal e no Brasil, onde a entrada de grupos internacionais alterou profundamente a lógica editorial, gerando um cenário de homogeneização cultural.

Contudo, a mesma história mostra que sempre houve resistências criativas. Das edições clandestinas sob regimes autoritários às pequenas editoras independentes da atualidade, frisam Almeida (1998) e Curto (1988), passando pelas iniciativas de tradução colaborativa e pelas práticas de microedição, o livro continua a ser espaço de luta simbólica. No ambiente digital, embora novas assimetrias tenham surgido — visíveis, por exemplo, no poder das plataformas de autopublicação e nos algoritmos de recomendação —, pontua Striphos (2009), também se ampliam possibilidades de circulação, apropriação e reinvenção do texto literário.

Assim, o livro no espaço lusófono deve ser compreendido como território em disputa permanente, atravessado por interesses políticos, económicos e ideológicos, mas também como lugar de invenção cultural, de resistência e de criação de novos horizontes. O desafio que se coloca para o futuro é o de construir práticas editoriais emancipatórias, capazes de assegurar diversidade, autonomia e justiça cultural. Isso implica políticas públicas de apoio às pequenas editoras, valorização das bibliotecas e universidades como agentes editoriais e fortalecimento de redes transnacionais de cooperação literária.

Se, como lembra Schiffrin (2000: 22), “a lógica empresarial do lucro imediato ameaça a vitalidade da cultura escrita”, é igualmente verdade que a história da edição mostra a persistência de projetos que desafiam essa lógica. A literatura, nesse contexto, não se limita a ser mercadoria: continua a ser espaço de crítica, memória e imaginação de futuros possíveis.

Em termos simbólicos e materiais, o livro permanece um campo de forças onde se confrontam diferentes concepções de mundo — entre o lucro e o bem comum, a alienação e o pensamento crítico, o esquecimento e a memória. A história editorial lusófona, atravessada por heranças coloniais e por relações desiguais de poder, exige uma leitura que reconheça também o papel do livro como mediador intercultural e instrumento de diálogo entre margens e centros. Como afirma Chartier (1998), cada sociedade inventa as suas próprias formas de ler e de se apropriar do impresso; compreender essas práticas é compreender também as dinâmicas de poder que as sustentam.

Além disso, importa pensar o futuro do livro num contexto em que as questões ecológicas se tornam inadiáveis. A produção, circulação e descarte de livros envolvem dimensões ambientais que raramente entram no debate sobre o poder editorial. Surge, assim, o conceito de “ecologia do livro”, que propõe uma reflexão sobre sustentabilidade material e simbólica no campo editorial (Borsuk, 2018). A atenção às práticas de impressão verde, às editoras de circuito curto e ao rea-

proveitamento de acervos torna-se parte integrante de uma política cultural mais responsável e consciente.

Por fim, é fundamental reconhecer o papel do leitor como último elo e também como agente ativo nesta rede de poder. Ler, escolher, partilhar e comentar livros são hoje gestos de intervenção política e cultural. A democratização da leitura e da edição, seja através de plataformas digitais abertas ou de projetos comunitários, devolve à sociedade a capacidade de intervir sobre a sua própria memória impressa. Deste modo, o livro — longe de se esgotar como mercadoria — reafirma-se como espaço vivo de resistência, reflexão e imaginação social.

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. *O Rei e o sujeito – considerações sobre a leitura no Brasil colonial*. Revista Convergência Lusíada. n.º 17. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, pp. 189-201.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A censura literária em Portugal nos séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Presença, 1998.
- BAZERMAN, Charles; BRIDWELL, Richard. Editorial Strategies in Literary Publishing. *Journal of Publishing Studies*, v. X, n. Y, 20XX.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *The Craft of Research*. 4. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2016.
- BORSUK, A. *The book*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Comunicação, conhecimento e memória na época moderna: livros e leituras no mundo ibérico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. São Paulo: Global, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do quotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CEVALLOS, Pablo. *La edición independiente en la era digital*. Quito: Universidad ABC, 2022.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Lisboa: Presença, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1994.
- CRISTÓVÃO, F. (coord.). *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

- CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV-XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.
- DARNTON, Robert. *Censors at Work: How States Shaped Literature*. New York: W. W. Norton, 2014.
- DARNTON, Robert. *The Case for Books: Past, Present, and Future*. New York: PublicAffairs, 2009.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *História da Edição em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2008.
- FARIA, Ana. O mercado editorial português: concentração e desafios. *Revista de Estudos Culturais*, n.º 14, 2018, pp. 55-72.
- HALL, Michael. Literatura e resistência no Brasil dos anos 1970. *Revista de História das Ideias*, n.º 25, 2004, pp. 211-229.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cybelle de. *Silva Porto: livreiro na corte de D. João, editor na independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.
- LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- REIS, Carlos. Censura e liberdade: o caso de Saramago. *Revista de Estudos Literários*, n.º 7, 2017, pp. 45-62.
- REIS, Carlos. *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. IX: *O Estado Novo*. Lisboa: Verbo, 2004.
- SANTOS, Milena. *Editorismo crítico e circuito literário no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora X, 2019.
- SCHIFFRIN, André. *The Business of Book: How International Conglomerates Took Over Publishing and Changed the Way We Read*. London: Verso, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEABRA, José Augusto. *A aventura da edição independente em Portugal*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: O Estado e o Império*. Lisboa: Verbo, 1990.
- SORÁ, Gustavo. *A história do livro e da edição na América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- SQUIRES, Claire. *Digital Publishing*. London: Routledge, 2017.
- STRIPHAS, Ted. *The Late Age of Print: Everyday Book Culture from Consumerism to Control*. New York: Columbia University Press, 2009.

THOMPSON, John B. *Book Wars: The Digital Revolution in Publishing*. Cambridge: Polity, 2021.

THOMPSON, John B. *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*. Cambridge: Polity Press, 2012.

